



Ensaio

ERASMUS+: PODERÁ A EUROPA ALCANÇAR UM MAIOR IMPACTO COM UM TOQUE MAIS LEVE?

Peter van der Hijden¹



A 16 de julho de 2025, a Comissão Europeia publicou a sua [proposta de regulamento que estabelece o programa Erasmus+ para o período de 2028-2034](#). Um texto sóbrio a negociar com o Conselho e o Parlamento Europeu nos próximos dois anos. O âmbito de intervenção do programa é duplo: oportunidades de aprendizagem para todos e apoio ao desenvolvimento de capacidades entre organizações e ao desenvolvimento de políticas. O problema estará nos programas de trabalho e nos convites mais detalhados. Interpreto os objectivos subjacentes do programa como “educação mais eficaz” e “maior interoperabilidade” dentro e entre os sistemas nacionais.

A eficácia do programa é também uma preocupação da Comissão. A proposta refere que o Erasmus+ deve “refinar o foco das suas atividades de cooperação, nomeadamente através da revisão dos modelos de financiamento, aumentando a relevância dos grupos-alvo envolvidos e concentrando-se mais no reforço da capacidade de desenvolvimento e na melhoria da qualidade”.

¹.....Setembro de 2025

Neste artigo, apresento algumas sugestões para aumentar a eficácia do programa e gerar impacto mais rapidamente para públicos mais vastos. Defendo uma abordagem focada no tema, conduzida por atores e baseada nos resultados, com intervenções mais leves, baseadas em décadas de experiência Erasmus. Começo pelos dossiers emblemáticos: Universidades Europeias, selos de diploma europeu e Microcredenciais, e termino com três aspetos técnicos cruciais.

Alianças Universitárias Europeias: Rumo a uma Abordagem Abertamente Temática

O desafio da cooperação de cooperação à escala de instituições inteiras

Na sua [Resolução](#) de 11 de setembro de 2025, cheio de mensagens importantes, o Parlamento Europeu elogiou as alianças universitárias europeias, sem perceber que o conceito de cooperação à escala de instituições inteiras, reunindo seis a nove universidades, é difícil, senão quase impossível, de alcançar.

A dificuldade explica-se pela grande diversidade de programas oferecidos pelas universidades e, por conseguinte, pelo grande número de investigadores, docentes e outros funcionários envolvidos. Explica-se também pela baixa sobreposição de áreas temáticas entre os parceiros da aliança.

Parece altamente improvável que um corpo inteiro de professores e investigadores de uma universidade, cujo trabalho é altamente dependente de todos os tipos de desenvolvimentos (externos), encontre as suas contrapartes ideais adequadas, também duradouras por um período mais longo, dentro de uma combinação de um número limitado de instituições predefinidas e muitas vezes desiguais.

Muitas actividades interessantes estão a ser realizadas com grande entusiasmo, mas os objectivos básicos (campus

conjunto, revisão dos programas de estudo, alguma integração de serviços) não foram alcançados numa escala significativa e é pouco provável que o sejam num futuro previsível.

O facto de a maioria dos professores e investigadores não conseguirem encontrar parceiros adequados no âmbito da parceria foi reconhecido no [Relatório da Comissão de Janeiro de 2025 sobre o potencial e os resultados da iniciativa](#) (p. 107-108). A maior parte da cooperação académica e da mobilidade estudantil permanecerá, portanto, fora das alianças.

Alianças temáticas como alternativas naturais

Seria mais natural e pragmático renunciar à pretensão de cooperação institucional e permitir que as universidades europeias sejam abertamente temáticas, como algumas já fazem. No passado, foi o caso dos Programas de Cooperação Interuniversitária Erasmus (PICs) e das Redes Temáticas Erasmus e, mais recentemente, dos Centros de Excelência Profissional (CoVE) dirigidos à região.

Nesta lógica, o tema escolhido para uma Universidade Europeia poderá ser disciplinar, interdisciplinar ou horizontal (como a cidadania global). A abordagem temática traria foco, profundidade e escala à cooperação. Facilitaria a inovação de conteúdos e a colaboração com a indústria em sectores estratégicos de interesse europeu (por exemplo, programas de estudo conjuntos, estágios, carreiras duplas, partilha de infraestruturas, investigação aplicada e fundamental). Os académicos sentir-se-iam donos.

As alianças temáticas poderiam consistir num círculo interno de membros mais ativos (digamos 30) e vários círculos externos a partilhar e a contribuir. As universidades poderiam juntar-se a várias alianças em paralelo, como nos círculos olímpicos. As instituições de países terceiros também seriam bem-vindas, fomentando a cooperação internacional e o benchmarking. O número de utilizadores finais beneficiados e o impacto nas suas vidas e carreiras seriam incomparavelmente maiores do que o possível no actual formato de cooperação institucional, bastante restritivo.

O Diploma Europeu - Do Sonho à Realidade

O desafio da harmonização

Os Programas de Estudo Conjuntos estão de volta! Foram os antecessores do programa Erasmus, na década de 1980. Na nova proposta do Erasmus+, representam uma oferta de aprendizagem combinada bem calibrada que, segundo a Comissão Europeia, deverá um dia conduzir a um novo grau em livros de direito nacionais, emitidos conjuntamente por diferentes instituições. Os Estados-Membros estão hesitantes, mas concordaram com um « [selo de diploma europeu conjunto](#) » como um primeiro passo.

Um objectivo elevado, mas os diplomas europeus emitidos em conjunto são também quase inatingíveis, devido a uma série de barreiras significativas, quase intransponíveis, identificadas no [Documento de Serviços da Comissão de Março de 2024](#) (pp. 62-70).

O documento enumera barreiras no domínio da acreditação e garantia de qualidade, estrutura dos programas e currículos, estrutura de governação, matrícula e admissão de estudantes. 25 anos de Processo de Bolonha e 20 anos de Erasmus Mundus não resolveram estas questões. Após todos estes anos, existem apenas algumas dezenas de diplomas que são realmente emitidos e ministrados em conjunto por todos os parceiros, e que servem um número muito reduzido de estudantes.

Uma solução mais leve: selos europeus para programas de estudo com percursos duplos ou múltiplos colaborativos (Erasmus+)

Assim, parece estar na altura de considerar pragmaticamente uma alternativa mais leve. Já a temos em mãos. Chama-se Erasmus+, o programa ao abrigo do qual 400.000 estudantes por ano passam uma parte substancial dos seus estudos no estrangeiro. Seguem-se percursos de estudo que, em termos de conteúdo e organização, são comparáveis aos programas de estudo conjuntos previstos, ainda que com um toque mais leve.

As universidades parceiras envolvidas reconhecem a qualidade, os resultados de aprendizagem e os créditos umas das outras em acordos de aprendizagem (instrumentos legais), centrando-se frequentemente em disciplinas optativas. Os diplomas obtidos são formalmente institucionais ou nacionais, mas materialmente europeus. Esta é uma grande conquista em termos de coesão de facto e de direito, algo de que se pode orgulhar e sobre o qual se pode construir sem grandes dificuldades.

Vamos, por isso, dar graças e atribuir festivamente o selo europeu a todo o tipo de programas colaborativos, milhares deles, sem especificar mais condições em termos de formato de governação ou de coordenação.

Todos os cursos na Europa têm o direito de ser reconhecidos

A grande maioria dos cursos na Europa são universitários ou nacionais. São ministrados por professores entusiastas, e tanto melhor se tiverem uma dimensão europeia. As universidades são, naturalmente, livres de impor regras de cooperação mais rigorosas aos seus departamentos, e as agências de financiamento, como o Erasmus Mundus, podem ter os seus próprios requisitos. No entanto, deve ter-se em conta que uma abordagem maximalista à integração é difícil de alcançar e certamente não replicável em larga escala.

O próximo passo previsto, um novo diploma europeu legalmente estabelecido a nível nacional, não é necessário para tornar os programas colaborativos visíveis para o mundo e apreciados pelos empregadores. O selo, algum marketing e um suplemento sincronizado ao diploma podem resolver o problema. Também não há necessidade de reavaliar programas de estudo conjuntos, compostos em grande parte por partes oferecidas por instituições já acreditadas por agências registadas no EQAR (princípio da oferta única). Uma educação mais eficaz e uma interoperabilidade funcional são o que importa para os estudantes, académicos e instituições de ensino superior

Desbloqueie módulos de graduação como microcredenciais

As microcredenciais são a ferramenta mais leve e definitiva. Preenchem uma lacuna importante, abrindo espaços para o ensino superior e para os mercados de trabalho, que até há pouco tempo eram dominados por monopólios de diplomas, bloqueando eficazmente a carreira e o desenvolvimento pessoal das pessoas. Hoje, todos os módulos universitários já têm resultados de aprendizagem, créditos, nível, garantia de qualidade, acumulabilidade e certificação (autenticidade verificável), que são pré-requisitos para as microcredenciais, de acordo com a definição da UE. Apropriadamente, a introdução de microcredenciais deverá ser relativamente fácil.

O histórico escolar Erasmus+ certifica as competências adquiridas nos módulos para estudantes em mobilidade que regressam, cerca de 3 milhões de vezes por ano. Nem todos os módulos de licenciatura serão imediatamente acessíveis a estudantes de outros programas no seu país ou noutro local, muito menos a estudantes não licenciados. Mas podem ser desbloqueados, passo a passo, por instituições voluntárias que, para tal, merecem um apoio generoso baseado nos resultados, a nível nacional e europeu. A oferta do setor privado também está a crescer, pelo que as questões da concorrência e dos auxílios estatais com o setor público precisam de ser abordadas com urgência.

As universidades também produzem e monetizam microcredenciais fora dos programas de graduação para desenvolvimento pessoal ou profissional. Elas podem emitir certificados de microcredenciais para indivíduos que não tenham seguido um curso, mas que sejam capazes de demonstrar, por meio de um teste ou avaliação de portfólio, resultados de aprendizagem adquiridos em outro lugar, por meio de aprendizagem prévia ou por meio de experiência profissional ou de vida. Essa função de validação, uma prerrogativa académica, pode abrir uma área totalmente nova de atividade universitária com alto potencial de recrutamento e recursos.

Em 2022, o Conselho da UE dos Ministros da Educação e do Emprego adotou duas recomendações, promovendo [microcredenciais](#) em combinação com «[Contas de Aprendizagem](#)

[Individuais](#)», para ajudar a cofinanciar a sua adoção. Uma abordagem pragmática à acessibilidade, ligando a oferta e a procura na aprendizagem ao longo da vida através de silos setoriais, com base no que já existe. A sua implementação poderá vir a ser um verdadeiro ponto de viragem na perspetiva de estabelecer «oportunidades de aprendizagem para todos».

Financiar resultados em vez de formatos de governação

Também no que diz respeito ao financiamento, parece haver fortes argumentos para procurar uma abordagem mais leve, focada no tema, conduzida por atores e baseada nos resultados:

***Resultados bem escolhidos e bem descritos**

O apoio financeiro da UE poderia ser direcionado para resultados de alto impacto em áreas prioritárias. Resultados que atendessem mais diretamente a faixas mais amplas da população-alvo, em vez de se concentrar em formatos complexos de governança que tendem a marginalizar os académicos, como se vê nas Universidades Europeias. A escolha das áreas prioritárias e dos resultados poderia ser submetida a debate público. Defendo resultados que promovam uma educação mais eficaz (por exemplo, benchmarking e melhoria dos programas de estudo em setores estratégicos) e uma maior interoperabilidade (por exemplo, catálogos de cursos digitais completos, baseados em especificações partilhadas apoiadas pela CE).

*** Unidades de medida claras**

Resultados credíveis requerem boas descrições de conteúdo. Também requerem unidades de medida baseadas em critérios claramente formulados no que diz respeito à atividade, âmbito, período, qualidade e impacto. Os candidatos poderiam então inscrever-se nos concursos apresentando as suas próprias bases de referência e metas para os resultados listados. Por exemplo, o número de selos europeus planeados e autoatribuídos. O sistema pode ser automatizado em grande

medida, reduzindo a necessidade de longos pedidos de subvenção e revisões.

*** Subvenções ex post**

Para atividades comparáveis, o financiamento inicial poderia ser gradualmente substituído por generosas subvenções ex post para os resultados obtidos (por exemplo, por selo europeu), exceto para os recém-chegados, que ainda podem precisar de capital inicial. As despesas gerais pagas deveriam beneficiar mais diretamente os atores envolvidos nos resultados, por exemplo, os professores envolvidos. As subvenções poderiam diminuir quando determinados limites fossem atingidos (por exemplo, para lotes subsequentes de selos europeus), favorecendo a entrada de candidatos mais novos e menores.

Digitalizar os padrões do ensino superior para aumentar a interoperabilidade do sistema

O programa Erasmus não só impulsionou a mobilidade dos estudantes e a colaboração entre académicos. Em quatro décadas, o programa também ajudou a desenvolver novos padrões, quadros de referência e ferramentas, como o ECTS, o EQF e o EQAR, que são agora geralmente aceites como «bens públicos europeus», ultrapassando os seus âmbitos políticos da UE e do EHEA. Uma maior digitalização destes bens públicos, utilizando inteligência artificial, poderia aumentar substancialmente a interoperabilidade dos sistemas e promover a autonomia dos estudantes, por exemplo, através da disseminação de aplicações fáceis de utilizar para o registo de estudantes e a comparação de cursos. O «[Manifesto](#)» de 2025 para um quadro europeu de interoperabilidade do ensino superior aponta-nos na direção certa.

Publicar Registos de Reconhecimento Institucional (IRR)

Já que estamos nisto, devemos pedir às nossas universidades que publiquem online os seus Registos de Reconhecimento

Institucional, ou IRR, tal como sugerido na Recomendação do Conselho da UE de 2024 «[Europa em Movimento](#)». Os registos de reconhecimento mantêm um registo das decisões de reconhecimento anteriores relativas a diplomas e módulos ou microcredenciais de parceiros e terceiros. A sua publicação pelas universidades responsáveis introduziria a noção de «previsibilidade» do reconhecimento ao nível dos programas, especificando, caso a caso, os direitos mais gerais e menos informativos estabelecidos em convenções e tratados.

Os critérios normais de admissão (tais como vagas disponíveis) continuariam a ter de ser cumpridos, claro, mas os registos serviriam os cidadãos e permitir-nos-iam finalmente encerrar o debate sobre o reconhecimento «automático»

* * *

Peter van der Hijden é um especialista independente em ensino superior europeu que vive em Bruxelas. higher-education-strategy.eu

Bruxelas, 22.09.2025
higher-education-strategy.eu
petervanderhijden@outlook.com